



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

12422 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVI Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd Nordeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT21 - Educação e Relações Étnico-Raciais

ORALIDADE DE BASE AFRICANA: instrumento histórico e pedagógico na formação da consciência negra

Luanda Martins Campos - UFMA - Universidade Federal do Maranhão

Antonio de Assis Cruz Nunes - UFMA - Universidade Federal do Maranhão

Lucileide Martins Borges Ferreira - UFMA - Universidade Federal do Maranhão

ORALIDADE DE BASE AFRICANA: instrumento histórico e pedagógico na formação da consciência negra

RESUMO

Este estudo visa apresentar uma análise acerca da importância da oralidade de base africana enquanto instrumento histórico e pedagógico para formação da consciência negra. Para tanto, realizamos uma pesquisa bibliográfica à luz de autores como Bâ (2010), Candau (2008), Gomes (2017) e Ki Zerbo (2010) que nos proporcionaram um diálogo crítico que pudesse contribuir para uma educação antirracista.

PALAVRAS-CHAVE: Oralidade de Base Africana. Prática Pedagógica. Educação Antirracista

1 INTRODUÇÃO

Segundo Hampaté Bâ (2010), a oralidade é a principal herança de conhecimento para se entender a história da África. neste sentido, contar, ouvir e sentir histórias é reverenciar identidades e fortalecer a consciência negra de forma coletiva. A oralidade de base africana é a transmissão da memória coletiva dos diversos povos africanos, fazendo uso dos seus elementos culturais e científicos para aproximar a humanidade das histórias marginalizadas pelo eurocentrismo.

A transmissão da memória e dos valores ancestrais no Brasil fica a cargo das comunidades tradicionais e dos/das anciãos e anciãs que entendem a memória enquanto artefato histórico e a oralidade enquanto instrumento de socialização. Liturgias de matriz africana, manifestações culturais como a capoeira e o tambor de crioula, a organização social dos quilombos são exemplos de como esta oralidade trabalha em meio ao coletivo e mantém memórias coletivas e individuais (BOVINI,2001).

A organização política e cultural transmitida através da oralidade mantém viva a memória de uma família ou de um povo inteiro. Essa dinâmica é também ponto de partida para o Movimento Negro no Brasil quando põe a educação enquanto bandeira de luta por reparações à população negra mesmo antes da abolição da escravatura em 1888. Esta, por sinal, desacompanhada de quaisquer políticas reparatórias à população negra marginalizada. Desde as rebeliões, quilombos, irmandades e imprensa negra, a educação esteve pautada através de discursos e práticas que visavam à emancipação e a reconstrução de identidade (DOMINGUES, 2007).

Neste percurso histórico de lutas e conquistas de políticas de afirmação, em 2003, a Lei 10.639 foi sancionada, instituindo a obrigatoriedade do Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana no espaço escolar em todos os níveis, fazendo com que as relações sociais e históricas sejam postas em debate, percebendo a importância sobremaneira da oralidade para o repasse de informações históricas, sociais e políticas envolvendo criticidade, criatividade e dinamismo (BRASIL, 2003).

Segundo a Resolução Nº 01, de 17 de junho de 2004, os conteúdos referentes à africanidades e ao povo afrodescendente são distorcidos ou esquecidos pelas discussões históricas, linguísticas, culturais e científicas no currículo escolar e, por isso, a necessidade de valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, além de instituir a formação continuada de professores no âmbito das instituições. (BRASIL, 2004).

Neste sentido, este estudo visa apresentar uma análise acerca da importância da oralidade de base africana enquanto instrumento histórico e pedagógico para formação da consciência negra. Para tanto, realizamos uma pesquisa bibliográfica à luz de autores como Bâ (2010), Candau (2008), Gomes (2017) e Ki Zerbo (2010) que nos proporcionaram um diálogo crítico que pudesse contribuir para uma educação antirracista.

2 ORALIDADE DE BASE AFRICANA X CIÊNCIA POSITIVISTA

Para Hernandez (2005) e Ki-Zerbo (2010), o eurocentrismo cria preconceitos há séculos contra a contribuição histórica dos povos africanos à humanidade. Tais conceitos forjados na ciência positivista são transferidos através dos elementos sociais que perduram até hoje, marginalizando e segregando africanos e seus descendentes na diáspora. Por exemplo, temos a interpretação dada por Hegel no século XV que considera o negro, um ser sem alma, e sem moral. Afirmava ainda que o continente africano não era um continente histórico por não haver escrita. Esta interpretação serviu de base para pesquisas históricas lineares e hierárquicas nas escolas alemãs e francesas.

Contudo, mesmo após séculos de escravização e exploração, as identidades negras na diáspora e no continente africano emergem na história com base em suas próprias técnicas de registro e manutenção de suas memórias identitárias. Mesmo que os povos detenham da escrita ou outras formas de registro histórico, a memória confia e se apoia na oralidade para que circule por tempo e espaço.

Nascimento (1994) comprova que os pré-conceitos sobre África vêm sendo quebrados a partir das redescobertas científicas como a comprovação de ser, a África, palco de revoluções tecnológicas na antiguidade, o que fundamenta a necessidade de se pensar e estudar a África, segundo a própria África, a partir de suas dinâmicas.

Para Ki-Zerbo (2010 p. 140), “a oralidade é uma atitude diante da realidade e não a ausência de uma habilidade”. Este instrumento está presente na resistência negra e evidencia a necessidade de se colocar a diversidade de possibilidades pedagógicas e políticas africanas em prática na educação brasileira.

2.1 ORALIDADE DE BASE AFRICANA E EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

O continente africano foi considerado um continente ágrafo, sem história e sem humanidade. Contudo, pesquisas comprovaram registros de sociedades detentoras de tecnologias escritas e outras formas de registro da história desde antes do século XV. Esta generalização da oralidade serviu apenas de pano de fundo para o processo de desumanização das populações africanas. Porém, no final do século XX, em decorrência da luta pela independência de países africanos e dos debates em torno de pesquisas que comprovam a causalidade humana descrita e narrada de forma oral, pesquisas tanto africanas quanto europeias realizadas neste período utilizaram a oralidade enquanto método e enquanto técnica para captar os sentidos e as funções dos contextos propagados pela voz. As primeiras publicações relacionadas à história africana com base na oralidade partiram da Associação

Cultural Africana, publicadas em sua revista *Presença Africana*, no ano de 1947 (KI-ZERBO, 2010).

A oralidade, é importante frisar, não se limita somente a lendas e mitos. Hampaté Bâ (2010, p. 169-170) descreve:

Ela é ao mesmo tempo religião, conhecimento, ciência natural, iniciação à arte, história, divertimento e recreação, uma vez que todo pormenor sempre nos permite remontar à unidade primordial... a tradição oral, baseia-se em uma certa concepção de homem, do seu lugar e do seu papel no seio do universo.

Ao tratarmos de oralidade de base africana, estamos indo além do ato de verbalizar palavras. Por ser o fio condutor da memória, faz uso das diversas linguagens para se comunicar com as pessoas e com os tempos vividos. A ludicidade presente na linguagem poética do teatro, da música e da dança, fazem parte deste ato que não somente transmite histórias mas promove encontros de identidades.

Candau (2008, p.14) diz que “é no cruzamento, na interação, no reconhecimento que a escola está chamada a se situar”. A obrigatoriedade de inclusão de História e Cultura Afro-brasileira e Africana nos currículos da educação básica trata-se de decisão política com fortes repercussões pedagógicas, inclusive na formação de professores. (BRASIL, 2004a, p. 17).

Corroboramos com Munanga (2005, p. 63) quando afirma que “a formação de professores que não tiveram em sua base de formação a história da África, a cultura do negro no Brasil e a própria história do negro de um modo geral se constitui no problema crucial”. Tal problema está relacionado à dificuldade de compreender e ressignificar conceitos, dificultando ou distorcendo a reconstrução identitária. Assim sendo, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana determinam como um dos conteúdos para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, o “papel dos anciãos e dos griots como guardiões da memória histórica [...]. O ensino de cultura afro-brasileira destacará o jeito de ser, viver e pensar manifestado tanto no dia a dia, quanto nas celebrações” (BRASIL, 2004).

Gritos, griottes ou griôs são alguns dos temas dados aos especialistas africanos na arte de narrar, contar e cantar histórias. Estes são termos forjados no diálogo entre as culturas africanas, europeia e árabe. Assim como estes, dependendo da região africana, da habilidade e do idioma, encontramos tantos outros como os Doma, Koma, Diarrawara, Diele, etc, conforme exemplifica Bâ (2010) ao descrever os oralistas de sua região, o Mali e alguns dos seus grupos étnicos como Fon, Dogon e Bambara. Tais especialistas, para desenvolver esta atividade, são instruídos por mestres e mestras em conhecimentos das diversas áreas do campo científico e artístico.

Para uma educação antirracista se faz necessário enaltecer os referenciais marginalizados da história da humanidade, fazendo uso de seus próprios instrumentos de resistência, como a oralidade de base africana. O Movimento Negro, em suas ações históricas,

enaltece as identidades e conclama o coletivo também se identificar na luta por reparações, o que faz dele, um movimento educador, conforme diz Gomes (2017).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, a oralidade de base africana enaltece elementos históricos distorcidos e silenciados pelo racismo. Enquanto elemento de ressignificação contribui para a reconstrução identitária de professores e professoras que necessitam se reconhecer nesta realidade. Além disso, promove um diálogo crítico e transformador quando permite unir outras práticas e outros instrumentos que fazem reverberar histórias antes silenciadas.

A oralidade de base africana é plural e intercultural. Sua vivência na educação brasileira possibilita encontros e reencontros com histórias africanas e afro-brasileiras pois, reconhecer a história de um povo africano específico, sua língua e cultura, bem como reverenciar o saber científico produzido por anciãos e anciãs negros/as, mestres/as culturais e artesãos/ãs, fortalece os laços de pertença e de organicidade da população negra. O que nos leva à prerrogativa de luta dos diversos movimentos negros na diáspora e suas conquistas ao longo dos tempos.

REFERÊNCIAS

BÂ, Amadou Hampaté. A tradição viva. In:KI-ZERBO, Joseph (Org.). **História Geral da África I**. Metodologia e pré-história da África. São Paulo/SP: Ática/UNESCO, 2010. pp.181-218.

BONVINI, Emilio. Tradição oral afro-brasileira: as raízes de uma vitalidade. **Projeto História: história e oralidade**. São Paulo/SP: EDUC, 2001.

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a Educação das Relações étnico-raciais e para o ensino de História e cultura afro-brasileira e africana**. Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno: Brasília/DF. 2004a

BRASIL. **Lei nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília/DF: Presidência da República. 2003.

CANDAU, Vera Maria. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. **Revista Brasileira de Educação**. V.13, N. 37, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n37/05.pdf>> Acesso em: 15 out 2018.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos.

Tempo [recurso eletrônico]. 2007, vol.12, n.23, pp.100-122. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a07.pdf>. Acesso em: 15 out 2018.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**. Saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis/RJ: Vozes, 2017

HERNANDEZ, Leila Leite. **A África em sala de aula**. Visita à história contemporânea. São Paulo/SP: Selo Negro, 2005.

KI-ZERBO, Joseph (Org.). **História Geral da África I**. Metodologia e pré-história da África. São Paulo/SP: Ática/UNESCO, 2010. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000190249>. Acesso em: 20 jun 2019.

MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o racismo na escola**. 2ª ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

NASCIMENTO, Eliza Larkin (org.). **SANKOFA**. Resgate da cultura afro-brasileira. Volume 1 (p. 49-75). Rio de Janeiro/RJ: SEAFRO, 1994.